

# Reglamento Básico

CNPB: 19.800.019-11

---

## Índice

I. Do Objeto.....	3
II. Dos Participantes, dos Beneficiários e das Patrocinadoras do Plano .....	3
III. Da Inscrição dos Membros.....	5
IV. Dos Benefícios de Suplementação .....	8
V. Dos Benefícios de Suplementação de Aposentadoria .....	10
VI. Do Pecúlio Por Morte.....	12
VII. Da Suplementação do Auxílio-Doença.....	12
VIII. Da Suplementação da Pensão.....	13
IX. Da Suplementação do Auxílio-Reclusão.....	14
X. Da Suplementação do Abono Anual .....	14
XI. Dos Institutos Legais Obrigatórios .....	14
XII. Do Plano de Custeio.....	22
XIII. Das Disposições Gerais .....	24
XIV. Das Disposições Transitórias.....	25

---

## CAPÍTULO I

---

### Do Objeto

Art. 1º - O presente Regulamento, doravante designado Regulamento Básico, ou simplesmente Regulamento do Plano, objetiva complementar as disposições constantes do Estatuto da **SantanderPrevi – Sociedade de Previdência Privada**, doravante **denominada Entidade**, e estabelecer os direitos e as obrigações das Patrocinadoras, dos Participantes, dos Beneficiários **em relação ao Plano Básico, doravante denominado Plano**.

Parágrafo Único - A partir de 15/12/2011, inclusive, são vedadas inscrições de novos Participantes neste Plano, o qual passará a ser caracterizado como plano em extinção, abrigando massa fechada de Participantes.

---

## CAPÍTULO II

---

### Dos Participantes, dos Beneficiários e das Patrocinadoras do Plano

Art. 2º - São Patrocinadoras deste **Plano** a própria **Entidade**, bem como as pessoas jurídicas que firmarem o convênio de adesão **referente a este Plano**, nos termos da legislação aplicável em vigor.

Art. 3º - Consideram-se Participantes deste **Plano**:

- a) os empregados e os ex-empregados do **Banco Bandepe S.A.** admitidos até 23.01.1978, doravante denominados “Participantes do Grupo G0”, que, em 15/03/1999, encontravam-se vinculados **ao Plano**, na condição de Participantes-Ativos ou Participantes-Assistidos;
- b) os empregados e os ex-empregados do **Banco Bandepe S.A.** admitidos no período de 24.01.1978 a 30.09.1980, doravante denominados “Participantes do Grupo G1”, que, em 15/03/1999, encontravam-se vinculados **ao Plano**, na condição de Participantes-Ativos ou

Participantes-Assistidos;

- c) os empregados e os ex-empregados de Patrocinadoras admitidos a partir de 01.10.1980, doravante denominados “Participantes do Grupo G2”, que, em 15/03/1999, encontravam-se inscritos **no Plano**, na condição de Participantes-Ativos ou Participantes-Assistidos, bem como os empregados de Patrocinadoras admitidos após a referida data, que tiverem suas inscrições deferidas em conformidade com o Estatuto **da Entidade**, observadas as ressalvas contidas no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º deste artigo.

§ 1º - A partir de 15/03/1999, ficam vedadas novas inscrições de empregados e diretores **do Banco Bandepe S.A.** como Participantes deste Plano.

§ 2º - Compõem a classe dos Participantes deste **Plano**:

- I) os Participantes-Assistidos, assim considerados os Participantes que estiverem em gozo de qualquer das suplementações referidas no item I do artigo 12;
- II) os Participantes-Ativos, assim considerados os Participantes inscritos neste Plano e em atividade em Patrocinadora, que não se enquadrem na condição de Participante Assistido, Vinculado ou Autopatrocinado;
- III) os Participantes-Vinculados, assim considerados os ex-Empregados de Patrocinadora que optarem pelo benefício proporcional diferido previsto neste Regulamento; e
- IV) os Participantes Autopatrocinados, assim considerados os ex-Empregados da Patrocinadora que optarem por permanecer vinculados a este Plano efetuando contribuições, conforme o previsto neste Regulamento.

§ 3º - Perderá a condição de Participante deste Plano aquele que:

- a) vier a falecer;
- b) deixar de ser Empregado da Patrocinadora, sem ter preenchido os requisitos para o recebimento de um benefício de suplementação ou benefício proporcional diferido, previstos neste Regulamento, e não tenha optado por tornar-se um Participante Autopatrocinado;
- c) receber um benefício na forma de pagamento único, previsto neste Regulamento;
- d) tiver optado pelo instituto de resgate ou da portabilidade, se aplicável;
- e) cancelar ou tiver sua inscrição cancelada **no Plano**, nas hipóteses

previstas neste Regulamento.

Art. 4º - Consideram-se Beneficiários para os fins deste Plano Básico as pessoas físicas que, vivam, comprovada e justificadamente sob a dependência econômica do Participante, por este indicadas e como tal inscritas no Plano.

§ 1º - Para os efeitos do disposto no artigo 4º, considera-se justificada a dependência econômica:

- I) de cônjuge, assim como a de filhos e enteados solteiros de qualquer condição, desde que de menoridade, ou inválidos não amparados por qualquer tipo de aposentadoria prevista em lei;
- II) das pessoas de menoridade ou idade avançada, bem como das doentes ou inválidas, que, sem recursos, vivam às expensas do Participante ou com ele coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos.

§ 2º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas sem recursos aquelas cujos rendimentos brutos mensais não sejam superiores a 01 (um) salário mínimo.

§ 3º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas de menoridade:

- a) as de idade inferior a 21 (vinte e um) anos;
- b) as de idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino de nível superior oficial ou reconhecido.

§ 4º - São consideradas pessoas de idade avançada as de mais de 55 (cinquenta e cinco) anos.

§ 5º - Exclusivamente no caso de inexistirem beneficiários, o Participante poderá designar, especificamente para o fim do recebimento do pecúlio por morte, quaisquer pessoas, independentemente do vínculo de dependência econômica.

§ 6º - Considera-se ainda justificada a dependência econômica da companheira do Participante, ou do companheiro da Participante, desde que verificada a coabitação, em regime marital, por lapso de tempo superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

§ 7º - Para os efeitos do § 6º, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre Participante e mais de uma pessoa.

§ 8º - A existência de filho resultante da associação marital dispensa o período de carência referido no § 6º para a coabitação.

---

## CAPÍTULO III

---

### Da Inscrição dos Membros

---

Art. 5º - Observadas as demais disposições do Estatuto e deste Regulamento, a inscrição do Participante é facultada aos empregados e diretores das Patrocinadoras, desde que não enquadrados nas restrições contidas no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 3º, e desde que não estejam em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez concedidos pela Previdência Oficial, observando-se, neste último caso, o disposto no artigo 50.

Parágrafo Único - A partir da vigência deste Regulamento, os empregados de Patrocinadora que não tenham se inscrito **no Plano**, bem como os admitidos, ao solicitarem sua inscrição, deverão pagar a **joia** mencionada no item V do artigo 45, ressalvadas eventuais disposições contidas no convênio de adesão a que se refere o artigo 2º.

Art. 6º - O pedido de inscrição dos admitidos como empregados de Patrocinadora na vigência deste Regulamento, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 3º, far-se-á concomitantemente com a assinatura dos contratos de trabalho. Por ocasião da inscrição do Participante junto **ao Plano** será feito exame médico para atestar o estado de saúde do Participante. No caso em que, no referido exame médico, seja constatada doença pré-existente que, posteriormente, venha a dar causa a um auxílio-doença ou invalidez pela Previdência Social, não será concedida cobertura dos benefícios de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação de Pensão por Morte por este **Plano**, cabendo apenas e tão somente, em caso de falecimento, o pagamento do valor de sua reserva de poupança aos Beneficiários, em pagamento único, mediante rateio, em partes iguais.

Art. 7º - No ato de inscrição, o Participante deverá preencher impresso próprio, a ser fornecido pela **Entidade**.

§ 1º - O Participante apresentará os documentos exigidos pela **Entidade**, recebendo desta a identificação comprobatória de sua condição de Participante.

§ 2º - Sem prejuízo de outros que venham a ser solicitados pela **Entidade**, são os seguintes os documentos referidos no parágrafo precedente:

- I) contrato de vinculação empregatícia à Patrocinadora;
- II) certidão de nascimento ou casamento;
- III) ficha de beneficiários preenchida.

§ 3º - O Participante é obrigado a comunicar à **Entidade**, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência e juntando os documentos exigidos, qualquer modificação ulterior das informações prestadas na sua inscrição.

§ 4º - Ao Participante-Assistido será vedada nova inscrição como Participante- Ativo.

§ 5º - A perda do vínculo funcional com a Patrocinadora não importará o cancelamento da inscrição do Participante que, não tendo requerido anteriormente o cancelamento de sua inscrição, a portabilidade ou o resgate de suas contribuições, optar pelo Benefício Proporcional

Diferido ou autopatrocínio, nos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 8º - Fica assegurada aos participantes enquadrados no Grupo Redutor G1 e Grupo Redutor G2, como tal definidos no Regulamento do Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar administrado pela **Entidade**, a manutenção de suas inscrições neste **Plano** nas categorias de Participantes-Ativos do Grupo G1 e Participantes-Ativos do Grupo G2, respectivamente, até que se tornem elegíveis a um benefício deste **Plano**, não sendo a estes aplicáveis as disposições referentes ao benefício proporcional diferido e a portabilidade de que trata o Capítulo XI.

Art. 9º - A inscrição de Beneficiário se dá com a sua qualificação declarada pelo Participante e comprovada por documentos hábeis, além de ser indispensável a comprovação de seu vínculo por dependência econômica ao Participante, nos termos do artigo 4º deste Regulamento.

§ 1º - A prova de inscrição no sistema oficial de previdência como dependente do Participante dispensa qualquer outra documentação para a inscrição como Beneficiário, perante o Plano.

§ 2º - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão do Participante, o cancelamento de sua inscrição importa o cancelamento da inscrição dos respectivos Beneficiários.

§ 3º - A libertação de detento ou recluso cuja inscrição tenha sido cancelada, importará o cancelamento da inscrição dos seus Beneficiários.

§ 4º - Ocorrendo o falecimento, detenção ou reclusão do Participante, sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiários que dele dependiam, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à da inscrição.

§ 5º - O disposto no § 4º não se aplica à companheira do Participante, ou ao companheiro da Participante, cuja inscrição, para produzir os efeitos deste Regulamento, deverá ser anterior a qualquer dos eventos referidos no mesmo dispositivo, a menos que seja feita a prova referida no § 1º do artigo 9º.

Art. 10 - Será cancelada a inscrição como Beneficiário:

- I do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal, em que se torne expressa a perda ou a dispensa, mesmo tácita, da percepção de alimentos;
- II do cônjuge, companheira ou companheiro que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar sem justo motivo a habitação comum;
- III da companheira ou companheiro que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo, esteja hígido, válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos;
- IV da companheira ou companheiro que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal superior a 01 (um) salário mínimo;

- V dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude o inciso I, § 1º do artigo 4º;
- VI das pessoas inscritas como Beneficiários na forma do inciso II, § 1º, artigo 4º, para as quais for comprovado haverem deixado de atender à condição justificadora da dependência econômica referida naquele dispositivo.

Parágrafo Único - O casamento de quaisquer Beneficiários do Participante com terceiros importará o cancelamento de sua inscrição.

Art. 11 - A inscrição neste Plano, como Participante ou Beneficiário, é condição essencial à obtenção de qualquer prestação ou vantagem por ela assegurada.

---

## CAPÍTULO IV

---

### Dos Benefícios de Suplementação

Art. 12 - A **Entidade** assegurará aos seus Participantes e Beneficiários deste **Plano** os seguintes benefícios, de acordo com as condições para tanto estabelecidas no respectivo Grupo em que se enquadram:

- I Grupos G0, G1 e G2:
  - a) suplementação da aposentadoria por invalidez;
  - b) suplementação da aposentadoria por idade;
  - c) suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
  - d) suplementação da aposentadoria especial;
  - e) suplementação do auxílio-doença;
  - f) suplementação do abono anual;
  - g) benefício proporcional diferido.
- II Beneficiários dos Grupos G0 , G1 e G2:
  - a) suplementação da pensão;
  - b) suplementação do auxílio-reclusão;
  - c) pecúlio por morte;
  - d) suplementação do abono anual.



Parágrafo Único - A **Entidade** poderá promover novas modalidades de benefícios, em caráter facultativo, mediante contribuição dos Participantes interessados.

Art. 13 - O cálculo das suplementações referidas nos incisos I e II do artigo 12 far-se-á com base no salário-real-de-benefício do Participante.

§ 1º - Entende-se por salário-real-de-benefício, a média aritmética dos salários-de-participação do interessado, referentes ao período abrangido pelos 12 (doze) últimos meses anteriores ao da concessão do benefício, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

§ 2º - O 13º salário não será considerado para efeito do cálculo da média a que se refere o parágrafo precedente.

§ 3º - Entende-se por salário-de-participação:

- I No caso de Participante-Ativo, o total das parcelas fixas mensais de sua remuneração pagas pela Patrocinadora, incluindo horas extras, que seriam objeto de desconto para a Previdência Oficial, caso não existisse qualquer limite superior de contribuição para o INSS;
- II No caso de Participante-Assistido, o provento da aposentadoria previdencial ou auxílio-doença concedido pela Previdência Oficial, acrescido de todas as rendas que lhe forem asseguradas na forma de suplementações previstas neste Regulamento.
- III No caso do Participante-Assistido do Plano Especial nº 2, o último salário de participação no mês anterior à data de adesão ao Plano Especial nº 2, calculado da forma prevista no item I, do § 3º deste artigo, atualizado pelo INPC (Índice Geral de Preços ao Consumidor), de acordo com o artigo 51.

§ 4º - Para os efeitos deste Regulamento, o 13º salário será considerado como salário-de-participação isolado, referente ao mês do seu pagamento.

§ 5º - Ressalvados os casos de pensão ou aposentadoria por invalidez concedidos em decorrência de acidente pessoal involuntário, não serão considerados no cálculo do salário-real-de-benefício quaisquer aumentos do salário-de-participação verificados no curso dos últimos 60 (sessenta) meses anteriores ao da concessão do benefício, que não provenham de reajustes aplicados em caráter geral para corrigir a distorção inflacionária ou de promoções e adicionais previstos no manual de pessoal das Patrocinadoras.

§ 6º - O salário-de-participação não poderá ultrapassar 03 (três) vezes o teto do salário-de-benefício da Previdência Oficial, para os Participantes do Grupo G2.

§ 7º - Será considerada para fins de cálculo dos benefícios a data em que o Participante preencher todos os requisitos requeridos para concessão do benefício.

## CAPÍTULO V

---

### Dos Benefícios de Suplementação de Aposentadoria

#### Seção I

##### Da Suplementação da Aposentadoria por Invalidez

Art. 14 - A suplementação da aposentadoria por invalidez será concedida ao Participante que se invalidar após o primeiro ano de vinculação funcional à Patrocinadora e de contribuição ininterrupta para o **Plano** e será paga durante o período em que for garantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Oficial, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 1º - O período de carência referido neste artigo, não será exigido nos casos de invalidez ocasionada por acidente pessoal involuntário.

§ 2º - A suplementação da aposentadoria por invalidez será mantida, enquanto, a juízo da **Entidade**, o Participante permanecer incapacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação, indicados pela **Entidade**, exceto o tratamento cirúrgico, que será facultativo.

Art. 15 - A suplementação da aposentadoria por invalidez para os Participantes dos Grupos G1 e G2 consistirá numa renda mensal correspondente à diferença entre o salário-real-de-benefício, referido no § 1º do artigo 13, e o valor da aposentadoria por invalidez concedida pela Previdência Oficial.

Parágrafo Único - A suplementação da aposentadoria por invalidez para os Participantes do Grupo G0 corresponderá à diferença entre o salário-real-de-benefício, referido no § 1º do artigo 13 e o valor da aposentadoria paga pela Previdência Oficial, diferença esta acrescida do resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$(SF - SB) \times N / 30$$

SF - Último salário percebido pelo Participante;

SB - Salário-real-de-benefício;

N - Número de anos completos e contínuos de serviços prestados pelos Participantes à **Patrocinadora**, contados a partir da data da sua admissão até 23/01/78.

Art. 16 - A suplementação da aposentadoria por invalidez não poderá ter valor inferior a 20% (vinte por cento) do salário-real-de-benefício, referido § 1º do artigo 13.

#### Seção II

##### Da Suplementação da Aposentadoria por Idade

---

Art. 17 - A suplementação da aposentadoria por idade será paga ao Participante que a requerer com manutenção ininterrupta de vínculo empregatício à Patrocinadora e de contribuição ininterrupta para **o Plano** durante os últimos 10 (dez) anos, enquanto lhe for assegurada a aposentadoria por idade pela Previdência Oficial.

Parágrafo Único - O período de carência previsto neste artigo não se aplica ao caso em que a aposentadoria por idade tenha resultado de conversão da aposentadoria por invalidez.

Art. 18 - A suplementação da aposentadoria por idade consistirá numa renda mensal vitalícia, calculada na forma dos artigos 15 e 16 deste Regulamento.

### Seção III

#### Da Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Art. 19 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será concedida ao Participante do Grupo G0, que a requerer com a manutenção ininterrupta de vínculo empregatício à Patrocinadora e de contribuição **ao Plano** durante os últimos 10 (dez) anos, desde que lhe tenha sido concedida pela Previdência Oficial a aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 20 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será concedida ao Participante do Grupo G1 que a requerer com pelo menos 55 (**cinquenta** e cinco) anos de idade e atendidos os demais requisitos do art. 19 deste Regulamento.

Art. 21 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será concedida ao Participante do Grupo G2 que a requerer com, pelo menos, 55 (**cinquenta** e cinco) anos de idade, 35 (trinta e cinco) anos de vinculação à Previdência Oficial, se do sexo masculino, e 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e manutenção ininterrupta de vínculo empregatício à Patrocinadora e de contribuição **ao Plano** durante os últimos 10 (dez) anos, desde que lhe tenha sido concedida pela Previdência Oficial a aposentadoria integral por tempo de contribuição.

Art. 22 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será paga a partir do 1º mês em que ocorrerem as condições referidas nos artigos 19, 20 e 21 consistirá numa renda mensal vitalícia calculada na forma dos artigos 15 e 16 deste Regulamento.

### Seção IV

#### Da Suplementação da Aposentadoria Especial

Art. 23 - A suplementação da aposentadoria especial será concedida ao Participante dos Grupos G0, G1 ou G2 que a requerer com pelo menos 55 (**cinquenta** e cinco) anos de idade e manutenção ininterrupta de vínculo empregatício à Patrocinadora e de contribuição ininterrupta para **o Plano** durante os últimos 10 (dez) anos, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria especial pela Previdência Oficial.

Parágrafo Único - A idade mínima descrita no caput não se aplica aos Participantes do Grupo G0.

Art. 24 - A suplementação da aposentadoria especial será paga a partir do 1º mês em que ocorrerem as condições previstas no artigo 23 e consistirá numa renda mensal vitalícia calculada na forma dos artigos 15 e 16 deste Regulamento.

## Seção V

### Do Benefício Mínimo

Art. 25 - As suplementações de aposentadoria ou de auxílio-doença previstas no inciso I do artigo 12, não poderão ter valor inferior a 20% (vinte por cento) do salário-real-de-benefício, referido no parágrafo 1º do artigo 13.

Parágrafo Único - Observado o disposto no “caput” deste artigo, o valor presente do fluxo mensal do benefício concedido na forma de suplementação de aposentadoria não poderá ser inferior à soma dos valores das contribuições vertidas pelo Participante, atualizadas monetariamente na data da concessão e descontadas das parcelas destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

---

## CAPÍTULO VI

---

### Do Pecúlio Por Morte

Art. 26 - O pecúlio por morte consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao triplo do salário-real-de-benefício do Participante, relativo ao mês precedente ao de sua morte.

Parágrafo Único - Quando não existirem Beneficiários, o pecúlio por morte será pago às pessoas designadas pelo Participante na forma do artigo 4º deste Regulamento, ou a seus herdeiros, no caso de não ter sido feita a designação.

---

## CAPÍTULO VII

---

### Da Suplementação do Auxílio-Doença

Art. 27 - A suplementação do auxílio-doença será paga ao Participante que a requerer com pelo menos 12 (doze) meses de contribuição para **o Plano**, durante o período em que lhe for garantido o auxílio-doença pela Previdência Oficial, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - A suplementação do auxílio-doença será mantida, enquanto, a juízo da **Entidade**, o Participante permanecer incapacitado para o exercício profissional, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamento e processos de reabilitação indicados pela **Entidade**, exceto o tratamento cirúrgico, que será facultativo.

Art. 28 - A suplementação do auxílio-doença consistirá numa renda mensal correspondente a diferença entre o salário-real-de-benefício, referido no parágrafo 1º do artigo 13 e o valor do auxílio-doença concedido pela Previdência Oficial.

---

## CAPÍTULO VIII

---

### Da Suplementação da Pensão

Art. 29 - A suplementação da pensão será concedida, sob forma de renda mensal, ao conjunto de Beneficiários do Participante que vier a falecer e que tenha contribuído para o **Plano** no período de, pelo menos, 12 (doze) meses.

§ 1º - A suplementação da pensão será devida a partir da morte do Participante.

§ 2º - Na ocorrência do falecimento de Participante Ativo que tenha menos de 12 (doze) meses de contribuição ao **Plano**, o valor de sua reserva de poupança será pago aos Beneficiários, em pagamento único, mediante rateio em partes iguais.

§ 3º - Na ausência de Beneficiários, independentemente da quantidade de contribuições vertidas ao **Plano** a reserva de poupança será paga aos herdeiros legais, em pagamento único, mediante rateio em partes iguais.

Art. 30 - A suplementação da pensão será constituída de uma cota familiar e de tantas cotas individuais, quantos forem os Beneficiários, até o máximo de 5 (cinco).

§ 1º - A cota familiar será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor da suplementação da aposentadoria que o Participante percebia, por força deste Regulamento, ou daquela a que teria direito se entrasse em aposentadoria por invalidez na data do falecimento.

§ 2º - A cota individual será igual à quinta parte da cota familiar.

Art. 31 - A suplementação da pensão será rateada em parcelas iguais entre os Beneficiários inscritos, não se adiando a concessão do benefício por falta de inscrição de outros possíveis Beneficiários, sendo que qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de Beneficiários somente produzirá efeitos a contar da referida habilitação, junto ao **Plano**.

Art. 32 - A parcela da suplementação de pensão será extinta pela ocorrência de qualquer evento que motivaria o cancelamento da inscrição do Beneficiário como dependente do Participante se este estivesse vivo, nos termos do artigo 10 deste Regulamento.

Art. 33 - Toda vez que se extinguir uma parcela de suplementação, serão realizados novo cálculo e novo rateio do benefício na forma dos artigos 30 e 31, consideados, porém, apenas os Beneficiários remanescentes e sem prejuízo dos reajustes conhecidos nos termos do artigo 51.

Parágrafo Único - Com a extinção da parcela do último Beneficiário, extinguir-se-á também a suplementação da pensão.

---

## CAPÍTULO IX

---

### Da Suplementação do Auxílio-Reclusão

Art. 34 - A suplementação do auxílio-reclusão, será concedida ao conjunto de Beneficiários do Participante detento ou recluso, que tenha contribuído para o **Plano** no período de, pelo menos, 12 (doze) meses.

§ 1º - A suplementação do auxílio-reclusão terá início a contar da data do efetivo recolhimento do Participante à prisão e será mantida enquanto durar sua reclusão ou detenção.

§ 2º - Falecendo o Participante detento ou recluso, será automaticamente convertida em suplementação de pensão a suplementação de auxílio-reclusão que estiver sendo paga aos seus Beneficiários.

§ 3º - A suplementação do auxílio-reclusão, consistirá numa renda mensal, calculada nos termos dos artigos 30 e 31, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto no CAPÍTULO VIII deste Regulamento.

Art. 35 - A suplementação do auxílio-reclusão será requerida pela pessoa que comprovar encontrar-se na chefia da família do Participante detento ou recluso e apresentar documento comprobatório da detenção ou reclusão, firmado pela autoridade competente.

---

## CAPÍTULO X

---

### Da Suplementação do Abono Anual

Art. 36 - A suplementação do abono anual será paga aos Participantes-Assistidos ou Beneficiários até o mês de dezembro de cada ano e seu valor corresponderá a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da suplementação correspondente àquele mês, quantos forem os meses em que o destinatário se manteve em gozo do benefício no curso do mesmo ano.

---

## CAPÍTULO XI

---

### Dos Institutos Legais Obrigatórios

Art. 37 - No caso de rescisão do vínculo funcional, o Participante Ativo poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do extrato, contendo as informações exigidas pela legislação, optar por um dos institutos previstos nas Seções I, II, III e IV deste Capítulo, observadas as respectivas carências e condições.

Parágrafo Único - Para fins deste Capítulo, consideram-se as seguintes definições:

- I. "Retorno dos Investimentos": significará o retorno total da aplicação dos ativos do Plano, calculado mensalmente, incluindo quaisquer rendimentos auferidos através de juros, dividendos, aluguéis, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, e quaisquer outros tipos de rendimentos, deduzidas quaisquer exigibilidades e custos decorrentes da administração dos investimentos.
- II. "Saldo de Conta Individual": significará a conta individual constituída em nome do Participante, onde será alocado (i) o valor correspondente ao benefício proporcional diferido que permanecerá retido no Plano durante o período de diferimento ou (ii) os recursos financeiros oriundos de outra entidade de previdência complementar, por meio de portabilidade.
- III. "Vinculação ao Plano": significará o período contado a partir da adesão do Participante ao Plano até a data de seu desligamento, quer seja por rescisão do vínculo funcional ou pelo cancelamento de sua inscrição no Plano, durante o qual tenha ocorrido a manutenção ininterrupta de suas contribuições para o Plano.

## Seção I

### Do Benefício Proporcional Diferido

Art. 38 - Observado o disposto no artigo 37, o Participante poderá optar pelo benefício proporcional diferido, desde que tenha completado 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e não seja elegível a um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Plano. Optando o Participante pelo benefício proporcional diferido, este se tornará um Participante Vinculado, e o Saldo de Conta Individual previsto no parágrafo 1º deste artigo, ficará retido no fundo até que ele preencha os requisitos para a obtenção de um benefício de suplementação da aposentadoria por idade, por tempo de contribuição ou especial pela Previdência Social, sendo exigido, neste último caso, também o requisito de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade para os Participantes oriundos dos Grupos G1 e G2.

§ 1º - O benefício decorrente da opção do Participante pelo benefício proporcional diferido será Atuarialmente Equivalente a (i) totalidade da sua reserva matemática correspondente a primeira elegibilidade a um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Regulamento, não computada nesta reserva a parcela correspondente a reversão do benefício em suplementação da pensão, por esta não se integrar no conceito de reserva matemática específica para o benefício pleno devida em caso de benefício proporcional diferido, sendo consideradas eventuais insuficiências de cobertura, ou (ii) o valor presente do Benefício Mínimo, observado como mínimo o valor da reserva de poupança; na data da rescisão contratual funcional, dos dois o que for maior. O valor assim calculado será convertido em um Saldo de Conta Individual em nome do Participante, o qual será atualizado, mensalmente, desde a data da opção do Participante pelo benefício proporcional diferido até a data do cálculo do benefício, de acordo com o Retorno dos Investimentos.

§ 2º - O valor mensal do benefício proporcional diferido será calculado por ocasião do início do seu recebimento, e corresponderá à renda vitalícia Atuarialmente Equivalente a 100% (cem por cento) do Saldo de Conta Individual do Participante, não sendo devido o Benefício Mínimo, segundo a fórmula prevista no artigo 25, atualizado, anualmente, conforme previsto no artigo 51 deste Regulamento.

§ 3º - Na hipótese do Participante Vinculado vir a falecer, durante o período de diferimento do benefício, seus Beneficiários terão direito ao recebimento do respectivo Saldo de Conta Individual verificado na data do cálculo, que lhes será pago em 60 (sessenta), 120 (cento e vinte) ou 180 (cento e oitenta) prestações, à sua escolha, cada qual correspondente ao valor do Saldo de Conta Individual dividido pelo número de prestações escolhidas. As prestações mensais serão atualizadas pelo Retorno dos Investimentos. O valor devido será pago ao conjunto de Beneficiários, mediante rateio, em partes iguais. Na ausência de Beneficiários, o valor será pago a seus herdeiros legais. Ocorrendo o falecimento do Participante já em gozo do recebimento do benefício, seus Beneficiários receberão um benefício de suplementação da pensão, conforme previsto no Capítulo VIII.

§ 4º - Na hipótese do Participante Vinculado vir a se incapacitar durante o período de diferimento do benefício, obtendo um benefício de auxílio- doença ou de invalidez pela Previdência Social, terá direito ao recebimento imediato do benefício proporcional diferido correspondente ao respectivo Saldo de Conta Individual verificado na data do cálculo, que lhe será pago em 60 (sessenta), 120 (cento e vinte) ou 180 (cento e oitenta) prestações, à sua escolha, cada qual correspondente ao valor do Saldo de Conta Individual dividido pelo número de prestações escolhidas. As prestações mensais serão atualizadas pelo Retorno dos Investimentos. Sobrevindo o falecimento do Participante durante o período de recebimento, seus Beneficiários receberão, em pagamento único, o montante correspondente às prestações vincendas. O valor devido será pago ao conjunto de Beneficiários, mediante rateio, em partes iguais. Na ausência de Beneficiários, o valor será pago a seus herdeiros legais.

§ 5º - A critério do Conselho Deliberativo e de acordo com o plano de custeio anual, o Participante Vinculado assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes da sua manutenção no Plano.

§ 6º - No caso de cobrança de taxa de administração, o Participante Vinculado que deixar de efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições terá sua opção ao benefício proporcional diferido cancelada, após 30 (trinta) dias da notificação para pagamento do valor total devido, com os respectivos acréscimos, aplicando-se-lhe, em decorrência, o mesmo tratamento estabelecido para o resgate.

§ 7º - Se, na data da opção do Participante pelo benefício proporcional diferido, constatar-se que o seu Saldo da Conta Individual não é suficiente para gerar um benefício de valor mensal superior a 1 (um) salário mínimo vigente, ao Participante será facultada a opção de receber imediatamente o valor do Saldo da Conta Individual, de uma única vez, extinguindo-se, assim, definitivamente, todas as obrigações da **Entidade** com relação a esse Participante e seus Beneficiários.

§ 8º - A opção do Participante pelo benefício proporcional diferido não impede a posterior opção pela portabilidade ou resgate, cujos valores serão apurados nos respectivos termos previstos neste Regulamento.



§ 9º – Caso o Participante não exerça sua opção por um dos institutos previstos neste Capítulo, no prazo definido no artigo 37, será presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, desde que cumpra, à época do desligamento, a carência de 3 (três) anos de Vinculação ao Plano para tanto exigida.

## Seção II

### Do Autopatrocínio

Art. 39 – Observado o disposto no artigo 37, o Participante Ativo poderá optar por permanecer no Plano até que complete os requisitos para a elegibilidade a um benefício de suplementação da aposentadoria deste Plano, efetuando, nesse caso, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido a rescisão do vínculo funcional, destinadas ao custeio do seu benefício, inclusive para cobertura do Benefício Mínimo e dos benefícios de risco, acrescidas da taxa de administração, sendo que a sua vinculação a este Plano estará sujeita às seguintes condições:

- (a) as contribuições do Participante Autopatrocinado serão previstas no plano de custeio **do Plano**, tendo como base o respectivo Salário-de-Participação, na data do seu Término do Vínculo Empregatício, incluindo a cobertura para Benefício Mínimo e benefícios de risco. O Salário-de-Participação considerado como base da contribuição, assim como para o futuro cálculo do Salário Real do Benefício, será atualizado anualmente pelo índice nacional de reajuste da Patrocinadora a que estava vinculado o Participante Autopatrocinado;
- (b) a critério do Conselho Deliberativo e de acordo com o plano de custeio anual **do Plano**, o Participante Autopatrocinado assumirá o custeio da taxa administrativa decorrente de sua manutenção no Plano;
- (c) independentemente da data de formalização da opção pelo autopatrocínio pelo Participante, este deverá integralizar todas as contribuições relativas ao período compreendido entre o mês em que ocorreu a rescisão do vínculo funcional e o mês da formalização, inclusive;
- (d) as contribuições devidas pelo Participante Autopatrocinado deverão ser pagas diretamente à **Entidade** ou na forma por ela estabelecida, mensalmente, 12 (doze) vezes ao ano até o **5º** (quinto) dia útil do mês **subsequente** ao de competência. Contribuições pagas com atraso serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, os quais se **integralizarão** ao patrimônio do Plano;
- (e) o Participante Autopatrocinado que deixar de efetuar 3 (três) contribuições sucessivas terá sua inscrição cancelada, após 30 (trinta) dias da notificação para pagamento do valor total devido com os respectivos acréscimos, aplicando-se-lhe, em decorrência, o mesmo tratamento estabelecido para desistência voluntária;

- (f) na hipótese de desistência voluntária das condições assumidas pelo Participante Autopatrocinado, antes de obter a concessão de um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Plano, o Participante Autopatrocinado terá as opções de: i) receber, sob as formas previstas no § 2º do artigo 42 deste Regulamento, o resgate correspondente ao total das contribuições que o próprio Participante tenha efetuado à **Entidade** para custeio de seu benefício programado, excluídas contribuições para custeio administrativo e benefícios de risco, corrigidas conforme previsto no § 1º do artigo 42;
  - ii) optar pela portabilidade; ou iii) optar pelo benefício proporcional diferido, caso não seja elegível a um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Plano, observadas as condições previstas neste Regulamento. As duas últimas opções não estão disponíveis para o participante a que se refere o artigo 8º deste Regulamento;
- (g) na hipótese de incapacidade ou falecimento do Participante Autopatrocinado, antes de completar a idade prevista no requisito da primeira elegibilidade a um benefício de suplementação da aposentadoria deste Regulamento, o Participante ou Beneficiário, conforme o caso, terá direito a um benefício de suplementação da invalidez, de auxílio-doença, ou da pensão previsto neste Regulamento;
- (h) a realização do pagamento previsto na alínea (f) deste artigo extinguirá todas as obrigações da **Entidade** referentes a este Plano em relação ao Participante Autopatrocinado ou respectivos Beneficiários;
- (i) ao Participante Autopatrocinado que deixar de efetuar suas contribuições para o Plano após preencher as condições de elegibilidade ao benefício proporcional diferido serão aplicadas as disposições artigo 38, exceto aos Participantes a que se refere o artigo 8º, aos quais não se aplica o presente dispositivo;
- (j) para efeito de elegibilidade, o tempo de contribuição como Autopatrocinado será computado como tempo de vinculação empregatícia, de contribuição ininterrupta e Vinculação ao Plano;
- (k) uma vez preenchidos os requisitos da elegibilidade a um benefício de suplementação da aposentadoria deste Plano, ao Participante Autopatrocinado, no que for aplicável, será dado o mesmo tratamento conferido ao Participante Ativo.

§ 1º - Nos casos de perda parcial ou total da remuneração paga pela Patrocinadora, o Participante-Ativo poderá manter o salário-de- participação para efeito de desconto e determinação do salário-real-de- benefício, de conformidade com o disposto no § 1º do artigo 13, desde que apresente à **Entidade** o correspondente requerimento no prazo legal de 30 (trinta) dias, contado a partir da perda salarial.

§ 2º - Observando o disposto no § 3º, a manutenção do salário-de-participação referida no § 1º

é obrigatória nos casos em que o Participante se afaste dos quadros funcionais da Patrocinadora, ainda que temporariamente, sem cancelar sua inscrição na **Entidade**.

§ 3º - O Participante que for convocado para prestar serviço obrigatório às Forças Armadas ficará dispensado da exigência referida no § 2º durante o período do afastamento imposto pela mencionada convocação.

§ 4º - No caso do Participante-Ativo que tenha optado pela manutenção do salário-de-participação referida no § 1º, o valor do benefício da Previdência Oficial a ser considerado para o cálculo dos benefícios **do Plano** será calculado segundo a sistemática utilizada pela Previdência Oficial, considerando-se, porém, como valores dos salários de contribuição, importâncias iguais aos salários-de-participação do interessado nos meses correspondentes, observados os limites estabelecidos pela legislação previdencial.

§ 5º - Na hipótese de perda parcial da remuneração, o Participante-Ativo só fará jus à manutenção do salário-de-participação, enquanto pagar a contribuição sobre o salário reduzido e recolher diretamente à **Entidade** a diferença entre essa contribuição e a que vinha pagando antes da redução, bem como a correspondente diferença de contribuição da Patrocinadora.

§ 6º - Nos casos de perda total da remuneração, o Participante-Ativo só fará jus à manutenção do salário-de-participação, enquanto recolher diretamente à **Entidade** a contribuição a que estava sujeito na data em que deixou de perceber a remuneração, bem como a correspondente contribuição da Patrocinadora.

§ 7º - A opção do Participante pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate, cujos valores serão apurados nos termos dos artigos 40 e 42 deste Regulamento.

## Seção III

### Da Portabilidade

#### Subseção I – Recursos a Portar

Art. 40 – Observado o disposto no artigo 37, o Participante Ativo que tiver 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e desde que não esteja em gozo de um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Plano, poderá optar por portar, para outra entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar, o montante correspondente a 100% (cem por cento) das contribuições que o Participante tenha efetuado à **Entidade**, como Participante Ativo ou Autopatrocinado, excluídas as contribuições para despesas administrativas e benefício de risco, corrigidas conforme previsto no § 1º do artigo 42 do Regulamento.

#### Subseção II – Recursos recebidos por portabilidade

Art. 41 - Nos termos da legislação vigente aplicável, o Plano recepcionará recursos financeiros

portados por Participante que não esteja em gozo de um benefício de suplementação da aposentadoria previsto neste Plano, oriundos de outros planos de previdência complementar. Neste caso, os recursos recepcionados por meio de portabilidade serão alocados no Saldo de Conta Individual em nome do Participante, sob rubrica própria “Recursos Portados”, subdividida em “Recursos Portados – Entidade Fechada” e “Recursos Portados – Entidade Aberta/Seguradora”, conforme sua constituição.

§ 1º - O Saldo de Conta Individual será convertido num benefício mensal e pago ao Participante quando este atingir os requisitos de elegibilidade a um benefício de suplementação da aposentadoria deste Plano.

§2º - O valor do Saldo de Conta Individual que se refere o parágrafo 1º será atualizado, mensalmente, de acordo com o Retorno dos Investimentos.

§3º - O benefício mensal de que trata o parágrafo 1º será pago ao Participante por um período certo, à sua escolha, de 60 (sessenta), 120 (cento e vinte) ou 180 (cento e oitenta) prestações. A prestação mensal inicial corresponderá ao resultado da divisão do Saldo de Conta Individual pelo período escolhido pelo Participante, não sendo devido o Abono Anual. As prestações **subsequentes** serão atualizadas mensalmente de acordo com o Retorno dos Investimentos

§4º - Na ocorrência de falecimento de Participante que tenha Saldo de Conta Individual referente a recursos portados oriundos de outra entidade de previdência complementar, conforme previsto no parágrafo 1º, seus Beneficiários, na falta destes seus herdeiros legais, receberão um pagamento em prestação única do valor disponível no Saldo de Conta Individual. Tal pagamento será rateado em partes iguais entre os Beneficiários.

§5º - Os “Recursos Portados” não estarão sujeitos, para nova portabilidade, ao prazo de carência de 3 (três) anos, fixado no artigo 40 deste Regulamento.

## Seção IV

### Do Resgate

Art. 42 - O Participante Ativo que não esteja em gozo de um benefício de suplementação da aposentadoria deste Plano poderá, alternativamente, optar pelo resgate de sua reserva de poupança, a qual corresponderá a 100% (cem por cento) das contribuições que o Participante tenha efetuado à **Entidade**, a título de **joia** ou de contribuições mensais mencionadas no plano de custeio, como Participante Ativo ou Autopatrocinado, excluídas as contribuições para despesas administrativas e benefícios de risco, corrigidas monetariamente entre as datas dos respectivos recolhimentos e a data do pagamento do resgate, nos termos previsto no parágrafo 1º.

O pagamento do Resgate, em qualquer caso, dar-se-á somente por ocasião do respectivo Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora.

Na hipótese de Resgate, em relação aos recursos alocados na rubrica “Recursos Portados – Entidade Aberta/Seguradora” o Participante poderá optar por integrá-lo ao valor do resgate ou portar esses recursos para outro plano. Eventual saldo de “Recursos Portados – Entidade Fechada” não poderá ser resgatado, devendo ser necessariamente objeto de portabilidade.

§ 1º - Para avaliação da correção monetária referida no caput deverão ser utilizados:

- I - os índices de variação mensal do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, até 02/86;
- II - os índices de variação mensal do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional, no período de 03/86 a 01/89;
- III - o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no mês de 02/89;
- IV - os índices de variação mensal do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional, no período de 03/89 a 02/91;
- V - os índices de atualização dos depósitos das cadernetas de poupança com aniversário no dia 1º de cada mês, deduzido o percentual fixo de 0,5% (meio por cento), a partir de 03/91.

§ 2º - O valor do resgate será efetuado sob a forma de pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas. Neste caso, as prestações mensais serão corrigidas pelo Retorno dos Investimentos.

§ 3º - As parcelas não vencidas da reserva de poupança serão pagas em uma única prestação, na hipótese em que o Participante se vincular funcionalmente a qualquer Patrocinadora.

§ 4º - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão, o Participante-Ativo que tiver sua inscrição cancelada, só fará jus ao pagamento do resgate após a rescisão do vínculo funcional com a Patrocinadora.

§ 5º - O pagamento do resgate extingue definitivamente todas as obrigações da **Entidade** em relação ao Participante e seus Beneficiários.

## Seção V

### Do Pagamento

Art. 43 - A primeira parcela dos benefícios pagos por um período certo, conforme previsto no artigo 38, §§ 3º e 4º e artigo 41, § 3º, será devida a partir do mês em que o Participante cumprir a elegibilidade ao benefício do plano ou de seu requerimento, se posterior. A última parcela destes benefícios será devida na data em que ainda houver saldo suficiente para a continuidade do pagamento, ou na data em que completar o período de recebimento escolhido pelo Participante ou Beneficiário, conforme o caso. O benefício proporcional diferido pago na forma de renda vitalícia será devido a partir do mês em o Participante cumprir a elegibilidade ao benefício do plano ou de seu requerimento, se posterior.

---

## CAPÍTULO XII

## Do Plano de Custeio

Art. 44 - O plano de custeio deste **Plano** será elaborado pelo Atuário responsável, de acordo com as normas legais vigentes e aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo **da Entidade**.

Art. 45 - O custeio do **Plano** será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- I) contribuições mensais dos Participantes-Ativos enquadrados nos Grupos G0, G1 e G2, mediante o recolhimento de um percentual do salário-de-participação, referido nos parágrafos 3º, I, e 4º do artigo 13, a ser anualmente fixado no plano de custeio referido no artigo 44;
- II) contribuição mensal dos Participantes-Assistidos enquadrados no Grupo G2, mediante a aplicação da taxa de até 14% (quatorze por cento) sobre o valor do benefício de suplementação;
- III) contribuição mensal dos Participantes-Assistidos enquadrados nos Grupos G0 e G1, mediante a aplicação da taxa de até 15% sobre o valor do benefício de suplementação;
- IV) contribuição mensal das Patrocinadoras, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração, relativamente aos Participantes enquadrados nos grupos G0, G1 e G2;
- V) **joias** dos Participantes-Ativos, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de contribuição prestado a Patrocinadora, tempo de vinculação à Previdência Social e tempo de afastamento voluntário **do Plano**;
- VI) dotações iniciais das Patrocinadoras, a serem fixadas atuarialmente;
- VII) receitas de aplicações do patrimônio;
- VIII) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes;
- IX) dotação da **Patrocinadora**, já integralizada em valor correspondente à totalidade das reservas necessárias à garantia de concessão dos benefícios de suplementação dos Participantes vinculados aos Grupos G0 e G1, excetuadas as contribuições referentes aos Participantes-Ativos e Participantes-Assistidos desses Grupos, conforme estabelecido pelo Atuário responsável, com base nos compromissos assumidos com os Participantes já em gozo de benefício e aqueles que, por força das disposições do Estatuto **da Entidade** e do Regulamento **do Plano**, poderão requerê-lo a qualquer tempo, desde que preenchidas as condições de elegibilidade previstas. Fato este que não exime a **Patrocinadora** de integralizações futuras de acordo com a legislação vigente;
- X) contribuição mensal dos Participantes autopatrocinados, incluindo os

vinculados aos Grupos Redutor G1 e Redutor G2, que mantém sua inscrição neste **Plano**, conforme previsto no artigo 8º.

§ 1º - O valor da **joia** referida no item V deste artigo poderá ser reduzido, mediante a fixação de período de carência especial, que o interessado indicará por escrito no seu pedido de inscrição para o efeito exclusivo de concessão das suplementações referidas nas letras "c" a "e" do item I do artigo 12.

§ 2º - A **joia** nunca será inferior ao resultado da multiplicação do valor da contribuição mensal, prevista no item I para o mês da entrada do requerimento de inscrição, pelo dobro do número de meses durante os quais o interessado, apesar de empregado de Patrocinadora, se tenha conservado voluntariamente desligado do regime do **Plano**.

§ 3º - Em qualquer caso, a **joia** será paga em forma de contribuição mensal adicional determinada atuarialmente e aprovada em ato regulamentar.

§ 4º - As despesas administrativas do atendimento das prestações referidas no artigo 12, com exceção do crédito mútuo e das despesas relativas à administração dos investimentos, serão suportadas por recursos do Fundo do Programa Administrativo e custeadas por contribuições de Patrocinadora específicas definidas pela avaliação atuarial, as quais não poderão ultrapassar o limite previsto na legislação vigente.

Art. 46 - As contribuições referidas no item I do artigo 45, serão descontadas "ex- officio" nas folhas de pagamento das Patrocinadoras e recolhidas juntamente com as contribuições referidas nos itens IV e V do mesmo artigo aos cofres da **vinculados ao Plano**, até o 5º dia útil do mês seguinte àquele a que corresponderem.

Parágrafo Único - O recolhimento das contribuições far-se-á com as demais consignações destinadas à **Entidade**, acompanhado da correspondente discriminação.

Art. 47 - Em caso de inobservância, por parte das Patrocinadoras, do prazo estabelecido no artigo 46, pagarão elas à **Entidade** os juros de 1/30 (um trinta avos) por cento por dia de atraso nos recolhimentos devidos, acrescidos da taxa de manutenção prevista em ato normativo da **Entidade**, sendo que tais valores serão destinados para o patrimônio do Plano.

Art. 48 - As contribuições referidas nos itens II e III do artigo 45 serão diretamente recolhidas à **Entidade** pelo Participante-Assistido, no ato do pagamento da suplementação que lhe estiver sendo paga nos termos do artigo 12.

Art. 49 - No caso de não serem descontadas do salário do Participante-Ativo a contribuição ou outras importâncias consignadas a favor da **Entidade**, ficará o interessado obrigado a recolhê-las diretamente à **Entidade** no prazo estabelecido no artigo 46.

Parágrafo Único - O Participante Ativo que deixar de efetuar 3 (três) contribuições sucessivas terá sua inscrição cancelada, após 30 (trinta) dias da notificação para pagamento do valor total devido com os respectivos acréscimos, observado o disposto no artigo 42, § 4º deste Regulamento.

## CAPÍTULO XIII

---

### Das Disposições Gerais

Art. 50 - Mediante o recolhimento, aos cofres da **Entidade**, de fundos especiais, determinados atuarialmente para cada caso, os empregados de qualquer das Patrocinadoras, que se encontrem em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez concedidos pela Previdência Oficial, poderão ser inscritos **no Plano** de acordo com as condições deste Regulamento.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo do salário-real-de-benefício referido no § 1º do artigo 13, o salário-de-participação do admitido na forma deste artigo, referente a qualquer mês em que tenha gozado o auxílio-doença anteriormente à data de sua inscrição, será igual ao salário-de-participação que lhe corresponderia se retornasse à atividade no referido mês.

Art. 51 - Os benefícios assegurados por força deste Regulamento com exceção daqueles dimensionados em quotas previstos no Capítulo XI, serão reajustados nas épocas em que for majorado o salário mínimo, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 52 - Para os efeitos deste Regulamento, no caso do Participante mencionado no § 5º do artigo 7º deste Regulamento, o período de manutenção da inscrição será computado como tempo de vinculação funcional à Patrocinadora.

Art. 53 - O Participante em gozo de benefício pela Previdência Oficial que não satisfaça as condições exigidas por este Regulamento para a concessão das suplementações correspondentes, só fará jus ao pagamento do benefício supletivo quando vier a atender a essas condições e após o seu afastamento da atividade na Patrocinadora, bem como mediante requerimento formal de seu benefício junto a **Entidade**.

Art. 54 - Ao Participante referido no artigo 53 que se encontra nas situações previstas no § 2º. do artigo 14 e no Parágrafo Único do artigo 27, serão concedidas as suplementações de aposentadoria por invalidez ou de auxílio-doença independentemente da concessão dos benefícios correspondentes da Previdência Oficial, desde que satisfeitas as demais condições estabelecidas pelos artigos supracitados e que as requeiram formalmente junto a **Entidade**.

Parágrafo Único - A suplementação não será reduzida nos casos em que a aposentadoria tenha resultado de conversão do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez.

Art. 55 - Para efeito do disposto nos artigos 17, 19, 20, 21 e 23, não será considerado como interrupção de vínculo funcional o afastamento do empregado do quadro de pessoal da Patrocinadora por um período de tempo inferior a 60 (sessenta) dias.

Art. 56 - Para os efeitos de concessão de prestações previstas neste Regulamento, a referência a quaisquer aposentadorias ou auxílio-doença concedidas pela Previdência Oficial, será entendida como se fossem esses benefícios calculados sem levar em conta eventuais remunerações do Participante originárias de fontes pagadoras não incluídas entre as Patrocinadoras.



Art. 57 - Para o Participante que, na data de sua inscrição, **estava** temporariamente afastado dos quadros funcionais da Patrocinadora, sem ônus para esta última, o salário-de-participação será igual ao que lhe corresponderia no mês de inscrição de acordo com o § 3º do artigo 13, se reassumisse nesse mês suas funções na **Patrocinadora**.

Art. 58 - Os benefícios de prestação continuada, resgate ou pagamento único previstos neste Plano serão pagos até o dia 20 (vinte) do mês **subsequente** ao de competência, estando a primeira prestação condicionada ao requerimento pelo interessado.

Parágrafo Único - Ocorrendo mora no pagamento do benefício, este será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 59 - A transferência de Empregados que detenha condição de Participante Ativo **do Plano** de uma Patrocinadora para outra Patrocinadora do Plano a que se refere este Regulamento não será considerada como rescisão do vínculo funcional, havendo nesse caso, somente a transferência de titularidade das respectivas provisões acumuladas e correspondente patrimônio de uma Patrocinadora para outra, neste Plano.

Art. 60 - Verificado erro no pagamento de benefício, a **Entidade** fará revisão e correção do valor respectivo, pagando ou reavendo o que lhe couber, podendo, no último caso, reter prestações **subsequentes**, quando houver, até a completa compensação dos valores devidos, incluindo a atualização desses valores, não podendo a prestação mensal, em seu valor já retificado, ser reduzida em mais de 30% (trinta por cento).

---

## CAPÍTULO XIV

---

### Das Disposições Transitórias

Art. 61 - As restrições previstas neste Regulamento, quanto a valor, limites etários, prazos de carência ou quaisquer outras condições ou características do plano de benefícios, que possam prejudicar os Participantes inscritos em data anterior à vigência da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, serão aplicados de acordo com os critérios de exceção, exclusão ou de proporcionalidade fixados na legislação pertinente, ressalvado o disposto no artigo 26 deste Regulamento.

Art. 62 - Qualquer inclusão de carências, bem como ampliação de prazos, que não decorram de imposição da Lei, somente **passaram a ser** exigidas dos Participantes que se **inscreveram no Plano** após a data da aprovação da nova regra **pela autoridade** competente.

Art. 63 - As suplementações que se **encontravam** em manutenção, no dia 09/08/2005, data de aprovação da adaptação do Regulamento pela autoridade governamental competente, e que tenham sido calculadas com base na regra prevista no artigo 66 do Regulamento vigente até 04/11/2002, especificamente no que se refere a adoção de valor hipotético dos benefícios concedidos pela Previdência Oficial, **foram** recalculadas de acordo com a nova regra, ou seja,

considerando o valor real do benefício recebido da Previdência Oficial na data do cálculo original da suplementação de acordo com o Parágrafo Único deste artigo. O valor recalculado da suplementação **passou a ser** devido a partir de setembro de 2005, primeiro mês de competência **subsequente** à vigência do referido Regulamento aprovado em 09/08/2005, não **tendo sido** devida, em qualquer hipótese, qualquer importância ou complementação das suplementações já vencidas.

Parágrafo Único – O valor recalculado **correspondeu** ao valor da suplementação recalculada na data do cálculo original, considerando-se para tanto o valor real do benefício da Previdência Oficial percebido naquela data pelo Participante. O valor assim recalculado será corrigido pelos índices de reajuste dos benefícios efetivamente aplicados à suplementação do Participante entre a data da concessão e o primeiro mês de competência **subsequente** à vigência do referido Regulamento aprovado em 09/08/2005.